[Recensão a] Manuela Martins, O povoado fortificado do Lago, Amares

Autor(es): Alarcão, Jorge de

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45579>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_28_15

Accessed : 26-Apr-2023 16:27:24

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVIII

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

MANUELA MARTINS, *O povoado fortificado do Lago, Amares, Braga, 1988*.
(Cadernos de Arqueologia, 1), 154 p. e 44 estampas.

Situado nas margens do Cávado, o povoado fortificado do Lago assenta num cabeço de baixa altitude, com a cota máxima de 65,30 m. Reduz-se a uma plataforma de configuração poligonal irregular, circundada a oeste por uma muralha. É um exemplo típico dos «castros» baixos que nos últimos anos têm sido identificados nas bacias dos rios Cávado, Lima, Minho e Vez.

As escavações, realizadas entre 1980 e 1982, não tiveram como objectivo definir a estrutura interna do habitat, mas datar o povoado e determinar-lhe o sistema defensivo. Por isso, a autora, renunciando a uma escavação em área, optou por um corte na muralha (corte A) e uma série de sondagens no interior da área defendida.

O corte A permitiu detectar uma primeira muralha de terra, uma segunda defesa, já de pedra mas simplesmente partida e não afeiçãoada, acompanhada por um fosso, e uma terceira obra, reforço tardio aparentemente construído para sustentar o derrube da muralha anterior. Ainda no corte, aparecem algumas lareiras, bolsas e cinzas e carvões e alicerces de estruturas de habitat, todavia extremamente difíceis de interpretar dada a estreiteza da área escavada; a presença de numerosas lareiras em vários níveis sugere uma área residencial intensamente ocupada mas as habitações, provavelmente feitas de materiais vegetais, não deixaram vestígios identificáveis.

Os cortes no interior do povoado não foram tão bem sucedidos porque o pendor das camadas geológicas, a erosão, a falta, do lado nascente, de uma muralha capaz de conter as terras e os trabalhos de lavouia todos se conjugaram para diminuir a espessura dos sedimentos terrosos. Raros buracos de postes, algumas lareiras e toscos alinhamentos de pedras não permitiram definir claramente nenhuma estrutura habitacional. Foram todavia detectadas numerosas fossas, cuja cronologia relativa a autora estabeleceu graças a um paciente confronto dos materiais cerâmicos recolhidos nos enchimentos com os materiais encontrados no corte A. Com base nesse confronto, foi ainda possível detectar uma quarta fase de ocupação do povoado, não visível no corte A. A história do povoado foi assim dividida em quatro fases, Lago IA e IB, HA e IIB.

A ausência de análises de C¹⁴ e de materiais metálicos datáveis torna difícil atribuir àquelas fases uma cronologia absoluta. O achado de um bordo de ânfora Haltern 70 e de dois fragmentos de sigillata itálica permitem atribuir a meados do séc. I d.C. o fim do povoado; a ausência de cerâmica comum romana, que a partir daquela data surge nos castros da região, não permite descer até aos fins do século a ocupação do Lago.

As fases IA e IB do povoado, sem cerâmica a torno rápido e sem as formas características do séc. I a. C., devem datar dos sécs. I-II a. C. A conclusão, assente numa análise de formas cerâmicas que não permitem uma cronologia fina, é deduzida também da técnica de trabalho da pedra usada na construção da segunda muralha: pedra simplesmente partida, sem o trabalho

a pico que parece caracterizar as estruturas do séc. I a. G. Se, em função dos argumentos, são legítimas algumas dúvidas sobre a cronologia proposta, esta parece pelo menos provável, o que não invalida outra mais baixa para povoados do mesmo tipo, que, nalgumas regiões, parecem ser do séc. I a. G. ou até mesmo contemporâneos daromanização.

A instalação de povoados em cotas baixas, povoados a que alguns chamam «castros agrícolas», parece um fenómeno comum no Noroeste, relacionável com uma estratégia de ocupação das terras baixas dos vales com vista a um aproveitamento dos terrenos de aluvião. Talvez a pastorícia e a pequena agricultura de encosta, praticadas nos povoados elevados, fossem, a partir do séc. III a. C., insuficientes para garantir a sobrevivência de uma população que teria atingido níveis críticos de densidade. Infelizmente, como a autora reconhece, o espólio exumado e as estruturas descobertas não permitem formular uma ideia clara quanto à funcionalidade do povoado do Lago. Pela vizinhança do vale, o castro do Lago parece vocacionado para a exploração agrária; mas seriam os solos de aluvião, no séc. III ou II a. G., mais propícios à agricultura? não seriam antes ocupados por densas matas ribeirinhas que tornariam difícil o arroteamento? O espólio e as estruturas reconhecidas não permitem claramente falar de um castro «agrícola», termo que, aliás, a autora prudentemente evita. As numerosas fossas descobertas não podem ser facilmente interpretadas como silos; mais parecem, pelo menos na maior parte e desde a origem, fossas detriticas.

Seja como for, é óbvio, neste caso pontual, que o nível técnico-económico não era elevado; o carácter singelo e tosco das estruturas tem correspondência na pobreza do espólio exumado, que não inclui objectos de prestígio nem, praticamente, objectos de metal.

A obra relata uma escavação bem conduzida e revela uma invulgar capacidade de relacionar estratigrafias obtidas em desencontrados pontos da estação. A análise cerâmica é levada a extremos de rigor, tanto mais dignos de elogio quanto é certo que a sua pobreza poderia ter desencorajado os estudos tipológicos e estatísticos. O relatório agora apresentado constitui um modelo num país onde as escavações insuficientemente ou nunca relatadas têm constituído a regra.

JORGE DE ALARCÃO

URBANO ESPINOSA, *Calagurris Iulia*, ed. do Colégio Oficial de Aparejadores de la Rioja e do Ayuntamiento de Calahorra, Logroño, 1984, 352 p., il.

Dois anos após a publicação da sua magistral tese de doutoramento, *Debate Agrippa-Mecenas en Dion-Cassio: Respuesta senatorial a la crisis del Imperio Romano en época Severiana* (Madrid, 1982), publicou o Prof. U. Espinosa uma excelente monografia da cidade romana de *Calagurris*.

Conimbriga, 28 (1989), 229-252